



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 68 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

----- Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, pelas quinze horas, na cidade de Tondela, na sede da CIM, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Vogal do Conselho Intermunicipal, Dr. Luís Manuel Martins de Vasconcelos e representando o número de eleitores abaixo indicados, em virtude de o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal se encontrar retido noutro compromisso, os seguintes membros:-----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.597	Vereador	José Alberto Nunes e Lopes Tavares
Carregal do Sal	10.099	Vereadora	Ana Cristina Silva Sousa Borges
Castro Daire	16.514	Vice-Presidente	Eurico Manuel Almeida Moita
Mangualde	20.330	Vice-Presidente	Joaquim Manuel Patrício Ferreira
Nelas	13.861	Vice-Presidente	Sofia Relvas Marques
Oliveira de Frades	9.415	Presidente	Luís Manuel Martins de Vasconcelos
Penalva do Castelo	8.819	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	11.563	Presidente	Leonel José Antunes Gouveia
São Pedro do Sul	17.274	Presidente	Vítor Manuel de Almeida Figueiredo
Sátão	13.992	-----	-----
Tondela	29.213	-----	-----
Vila Nova de Paiva	6.892	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	95.853	Vice-Presidente	Joaquim Ferreira Seixas
Vouzela	10.171	Vice-Presidente	Carlos Alberto Rodrigues Lobo

----- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte:-----

- 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 10/01/2017;-----
- 2 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 24/01/2017;-----
- 3 - Análise, discussão e tomada de posição sobre a proposta de Lei-quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 4 - Análise, discussão e tomada de posição sobre a proposta de alteração do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, projeto de alteração da orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 5 - Análise, discussão e votação da 2ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2017, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 6 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a elaboração de estudo sobre a valorização da pinha e do pinhão” (AD_05/2017), de acordo com a Informação de Serviço n.º 051/2017, de 01 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 7 - Análise, discussão e votação da proposta de renovação do contrato de “Aquisição de serviços no âmbito do apoio à implementação e acompanhamento de diversos projetos da CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito do Portugal 2020”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 049/2017, de 1 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 8 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para realização de campanha de comunicação do Concurso de Ideias de Negócio – Wanted Business Ideas – na rede nacional TOMI”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 035/2017, de 19 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 9 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal, para a celebração de “Acordo quadro para a prestação de serviços de vigilância e segurança”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 048/2017, de 31 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 10 - Análise e discussão da Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, no âmbito do Programa Valorizar, criada pelo despacho normativo n.º 16/2016, de 30 de dezembro de 2016, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente, em exercício, do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião. -----

----- Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- O Senhor Presidente, em exercício, do Conselho Intermunicipal, Dr. Luís Manuel Martins de Vasconcelos, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho Intermunicipal, do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Continuou a sua intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, solicitando ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que transmitisse ao Conselho Intermunicipal, as informações que entendesse relevantes. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que começou a sua intervenção, informando, o Conselho Intermunicipal que, no âmbito do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes se tinha realizado, na manhã do dia 25 de janeiro, uma reunião da sua Comissão de Acompanhamento, dando-se, assim, cumprimento ao estabelecido aquando do início da elaboração deste documento estratégico para a região.-----

----- Continuou a sua intervenção, informando, que, ainda no âmbito do PIMT, se iriam realizar reuniões individuais com os municípios, com vista ao esclarecimento de eventuais dúvidas sobre o mesmo, de forma a que fosse possível apresentar o documento final, na reunião ordinária do Conselho Intermunicipal do mês de março, para aprovação e submissão do mesmo a discussão pública.-----

----- Concluiu este tema, o Dr. Nuno Martinho, referindo que o PIMT tinha, também, sido objeto de análise, na reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, que se tinha realizado, também, no passado dia 25 de janeiro, pelas 16 horas, na Casa do Adro em Viseu.

----- O Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, continuou a sua intervenção, informando, os presentes, que se iriam realizar as reuniões de arranque dos projetos, Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas e Planos Municipais de Emergência, sendo que o primeiro era resultante de uma candidatura aprovada pelo POSEUR, e que tinham sido remetidos, no dia 6 de fevereiro, os e-mails com as convocatórias respetivas.-----

----- Informou, também, o Senhor Secretário Executivo, que no dia 15 de fevereiro se iria realizar a sessão pública de apresentação da 2ª edição do Concurso de Ideias de Negócios “Wanted Business Ideas” e que a mesma iria contar com a presença do Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão.-----

----- Continuou a sua intervenção, o Dr. Nuno Martinho, referindo, que no âmbito do projeto de gestão de vias era importante a presença de todos os técnicos adstritos ao mesmo, na ação que se iria realizar no dia 9 de fevereiro, tendo lembrado que das equipas municipais faziam parte 2 técnicos de pavimentos e 1 técnico de SIG.-----

----- A este propósito o Senhor Secretário Executivo, informou que iria ser apresentado o trabalho desenvolvido, nomeadamente com o Município de Vouzela, de forma a que fosse possível fazer um ponto de situação, sobre o mesmo, aos Senhores Presidentes numa das próximas reuniões do Conselho Intermunicipal.-----

----- Concluiu este assunto, o Dr. Nuno Martinho, referindo, este era um projeto piloto que se estava a desenvolver com a empresa Infraestruturas de Portugal, S.A. e que o sucesso do projeto

dependeria da mobilização e do empenho dos técnicos dos municípios, pois só desse empenho é que poderiam resultar mais-valias futuras para os municípios. -----

---- O Senhor Secretário Executivo continuou a sua intervenção, informando, o Conselho Intermunicipal, que no âmbito da Prioridade de Investimento 10.1 se tinha realizado, no passado dia 27 de janeiro, a sessão pública de assinatura de protocolos de colaboração entre a CIM Viseu Dão Lafões e os Municípios e entre a CIM, as escolas e os centros de formação de professores da região. -----

---- Concluiu este assunto, informando, que a candidatura que a CIM tinha preparado no âmbito desta Prioridade de Investimento tinha sido submetida no dia 31 de janeiro, tal como tinha informado os Senhores Presidentes no último Conselho Intermunicipal.-----

---- O Dr. Nuno Martinho continuou a sua intervenção, informando, o Conselho Intermunicipal que no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros só faltavam dois municípios remeterem a documentação relativa às aprovações, em sede de Câmara Municipal e Assembleia Municipal, da delegação de competências, como Autoridade de Transportes, na CIM, de forma a que esta pudesse proceder ao envio dos contratos interadministrativos para o IMT. -----

---- Referiu, ainda, o Dr. Nuno Martinho, que era importante que os municípios transferissem para a CIM o valor recebido, proveniente da Administração Central, que deveria servir para capacitar as Autoridades de Transportes, que agora é a CIM Viseu Dão Lafões, até porque a CIM, também, teria que começar a trabalhar no procedimento de contratação pública que iria culminar com a concessão da rede rodoviária da CIM Viseu Dão Lafões, tal como se encontra legalmente previsto.-----

---- Concluiu este assunto, o Senhor Secretário Executivo, sugerindo que logo que estivessem em condições de serem assinados todos os contratos interadministrativos de delegação de competências nesta área, se deveria promover uma sessão pública de assinatura dos contratos, sendo que a mesma, na sua opinião, deveria contar com a presença do Senhor Ministro da tutela.

---- Continuou a sua intervenção, o Dr. Nuno Martinho, informando, que no âmbito do Aviso de Abertura de Concurso da eficiência energética havia municípios que ainda não tinham remetido todos os elementos necessários, sendo que os prazos eram muito curtos.-----

---- Concluiu este assunto, referindo, que em face dos prazos com que se estava a trabalhar se iriam realizar reuniões de trabalho, individuais, entre a CIM, equipa técnica e municípios, para explicar quais seriam os entregáveis que cada município iria receber.-----

----- O Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, informou o Conselho Intermunicipal que a participação da CIM na BTL 2017 se iria processar de modo semelhante ao dos anos transatos, isto era, em parceria com o Turismo Centro de Portugal e no stand desta.-----

----- Continuou a sua intervenção o Senhor Secretário Executivo, informando, que iria ser remetido a cada município um e-mail onde seria explicado o modelo de participação, sendo que, a exemplo dos dois últimos anos, a CIM iria apresentar uma brochura com pacotes turísticos, na área do alojamento, da restauração e do turismo ativo, sendo novidade, este ano, a inserção de propostas na área do artesanato, da doçaria, entre outros produtos endógenos.-----

----- Concluiu a sua intervenção, neste âmbito, sugerindo que a participação de cada município na feira, quer a título individual quer integrado no stand da CIM, refletisse, sempre, a candidatura que a CIM estava a ultimar no âmbito dos Produtos Turísticos Integrados.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que informou os presentes que o Município de Viseu iria participar com um stand próprio, sendo que a AIP tinha convidado Viseu para ser a cidade convidada desta edição da BTL.-----

----- Foi dada a palavra à Senhora Vereadora da Câmara de Carregal do Sal, Dr.ª Ana Cristina Borges, que informou os presentes que o Município de Carregal do Sal, também, iria participar com um stand próprio.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara de Mangualde, Eng.º Joaquim Patrício, que começou a sua intervenção, referindo, que a coesão de qualquer estrutura passa por, em projetos da natureza da BTL, os seus associados irem todos juntos em detrimento de ações individuais e isoladas.-----

----- Neste sentido, concluiu a sua intervenção, referindo, que não pondo em causa a autonomia de cada município, compreendia que cada um poderia estar a valorizar o seu município mas estava a enfraquecer a região.-----

----- Foi dada a palavra à Senhora Vice Presidente da Câmara de Nelas, Dr.ª Sofia Relvas, que começou a sua intervenção, referindo, que concordava com o expresso pelo Senhor Vice Presidente da Câmara de Mangualde, sendo que, quem estivesse autonomamente, que comunicasse as suas ações à CIM e que maximizasse a notoriedade do território.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que começou por afirmar que o que não estava correto era a forma como o Turismo Centro de Portugal trabalhava esta área, porque a diferença começava logo na forma como era dinamizado o stand, tendo referido a diferença existente entre o stand do Turismo do Porto e Norte de Portugal e o do Centro de Portugal.-----



----- Concluiu a sua intervenção, afirmando, que concordava com a visão de coesão expressa e que o Município de Viseu se revia nela. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que relativamente ao assunto em apreço referiu que era importante que os municípios não esquecessem o investimento que a CIM tinha feito para alavancar uma estratégia comum de promoção turística da região. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, para informar o Conselho Intermunicipal da necessidade deste se debruçar sobre a problemática das quotizações municipais, sendo que por isso iria remeter ao Conselho um estudo com a fundamentação financeira para o aumento das quotas, pois não poderia deixar de transmitir ao Conselho Intermunicipal as dificuldades sentidas com os fundos disponíveis relativos ao mês de fevereiro.

----- Continuou a sua intervenção, referindo, que o valor atual da quota era o mesmo de 8 anos atrás, quando a CIM tinha sido fundada, apesar dos projetos que esta se encontra a desenvolver, a favor dos municípios, serem incomparavelmente mais e cada vez maiores, sendo exemplo disso o projeto da cartografia. -----

----- Concluiu este tema e a sua intervenção, o Dr. Nuno Martinho, referindo que faltava, hoje, músculo financeiro à CIM Viseu Dão Lafões para colocar de imediato um conjunto de projetos em andamento. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que a este propósito informou os presentes que era sua intenção agendar numa próxima reunião do Conselho Intermunicipal, este tema de forma a que fosse possível analisar este assunto, tendo presente a fundamentação financeira mencionada pelo Dr. Nuno Martinho, sendo que não era possível ignorar o facto de muitos dos municípios presentes pagarem mais de quota num GAL do que na CIM. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, em exercício, Dr. Luís Vasconcelos, que apresentou ao Conselho Intermunicipal o pedido formulado pelo Município de Mangualde para que a sessão pública de apresentação da 2ª edição do “Wanted Business Ideas” se realizasse no seu município, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- No âmbito das competências delegadas no Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, o Conselho Intermunicipal tomou conhecimento da adjudicação, por ajuste direto, do procedimento, ao abrigo do Acordo Quadro (AQ_01), relativo à aquisição de combustíveis rodoviários, para o ano económico de 2017, no montante máximo de 3.989,60€ (três mil, novecentos e oitenta e nove euros e sessenta cêntimos), acrescido de Iva à taxa legal em vigor.

----- Período da Ordem do Dia. -----

----- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 10/01/2017 – o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 10/01/2017.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, não tendo participado na votação o Senhor Vice Presidente do Município de Viseu, por não ter participado na referida reunião, representando 174.740 eleitores, aprovar a ata.-----

----- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 24/01/2017 – o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 24/01/2017.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, não tendo participado na votação o Senhor Vice Presidente do Município de Mangualde e os Senhores Presidentes de Penalva do Castelo e de Santa Comba Dão, por não terem participado na referida reunião, representando 229.881 eleitores, aprovar a ata.-----

----- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e tomada de posição sobre a proposta de Lei-quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, em exercício, Dr. Luís Vasconcelos colocou o mesmo a discussão.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que informou os presentes que se iria realizar uma reunião no dia 17 de fevereiro entre as diversas comunidades intermunicipais para analisarem o documento e tomarem uma posição conjunta sobre o mesmo. -----

----- Concluiu a sua intervenção, referindo, que a título pessoal não o preocupava a transferência de competências, desde que a mesma viesse acompanhada do competente “envelope financeiro”.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Santa Comba Dão, Dr. Leonel Gouveia, que referindo o facto de fazer parte do Conselho Geral da ANMP, este órgão tinha demonstrado ser favorável á transferência de competências desde que, simultaneamente, fosse

reformulada a lei das finanças locais e determinado, previamente, qual seria o pacote financeiro que iria acompanhar a transferência de competências.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de São Pedro do Sul, Senhor Vitor Figueiredo, que em complemento á intervenção do Senhor Presidente da Câmara de Santa Comba Dão referiu que o importante era estar-se atento aos diversos decretos-lei setoriais pois seriam estes que iriam determinar o que seria transferido, quer em termos de competência quer em termos financeiros. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que referiu ser importante perceber se era uma transferência ou uma delegação de competência, porque isto poderia implicar custos elevados para os municípios, razão pela qual era importante não descurar a vertente financeira.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara de Mangualde, Eng.º Joaquim Patrício, que referiu ser importante não confundir transferência com delegação ou municipalização, sendo que na sua opinião tudo apontava para ser uma transferência de competências.-----

----- Concluiu a sua intervenção, concordando, ser importante estar-se atento quer á vertente financeira quer á vertente dos recursos humanos a transferir ou que venham a ser necessários garantir para assegurar a competência transferida.-----

----- Assim, após a análise efetuada, pelo Conselho Intermunicipal, do assunto em apreço este deliberou, por unanimidade, que a CIM Viseu Dão Lafões acolhe com agrado a eventual transferência de competências, desde que, as mesmas venham acompanhadas com os recursos financeiros necessários para assegurar a competência transferida com a qualidade que ela exige, de forma a servir, bem, os cidadãos de Viseu Dão Lafões.-----

----- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e tomada de posição sobre a proposta de alteração do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, projeto de alteração da orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que referiu não concordar com a eleição do Presidente da CCDR, pois se o entendermos como um diretor geral ele seria eleito por autarcas mas continuaria a depender, hierarquicamente, do ministro da tutela, o que não faria qualquer sentido, muito menos jurídico.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de São Pedro do Sul, Senhor Vitor Figueiredo, que referiu ser favorável à eleição, dado ser contra a nomeação de pessoas para este tipo de lugares.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara de Mangualde, Eng.º Joaquim Patrício, que referiu que uma diferença que se poderá vir a verificar era o facto de o eleito ter um menor comprometimento com a tutela, dado a sua eleição ter estado dependente dos autarcas e não do Governo.-----

----- Assim, após a análise efetuada, pelo Conselho Intermunicipal, do assunto em apreço este deliberou, por unanimidade, que a CIM Viseu Dão Lafões deveria aguardar pela posição que viesse a ser tomada pela ANMP.-----

----- Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da 2ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2017, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, em exercício, Dr. Luís Vasconcelos, apoiado na 2ª proposta de alteração orçamental explicitou, sucintamente, o teor da mesma. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 227.388 eleitores, aprovar a alteração orçamental, para o exercício económico de 2017.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a elaboração de estudo sobre a valorização da pinha e do pinhão” (AD_05/2017), de acordo com a Informação de Serviço n.º 051/2017, de 01 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, em exercício, Dr. Luís Vasconcelos, apoiado no projeto de decisão de adjudicação explicitou, detalhadamente, o teor do mesmo. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 227.388 eleitores, aprovar o projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a elaboração de estudo sobre a valorização da pinha e do pinhão” (AD_05/2017) e adjudicar o referido contrato de prestação de serviços à concorrente Missiva Matinal, M2, Lda,



nos termos da sua proposta, pelo valor de €20.000,00€ (vinte mil euros), acrescido de IVA à taxa legal.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de renovação do contrato de “Aquisição de serviços no âmbito do apoio à implementação e acompanhamento de diversos projetos da CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito do Portugal 2020”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 049/2017, de 1 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, em exercício, Dr. Luís Vasconcelos, apoiado na informação de serviço nº 049/2017 explicitou, detalhadamente, o teor da mesma.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 227.388 eleitores, aprovar a proposta de renovação do contrato de “Aquisição de serviços no âmbito do apoio à implementação e acompanhamento de diversos projetos da CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito do Portugal 2020”.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **oitavo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para realização de campanha de comunicação do Concurso de Ideias de Negócio – Wanted Business Ideas – na rede nacional TOMI”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 035/2017, de 19 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, em exercício, Dr. Luís Vasconcelos, apoiado na informação de serviço nº 035/2017 explicitou, detalhadamente, o teor da mesma.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 227.388 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para realização de campanha de comunicação do Concurso de Ideias de Negócio – Wanted Business Ideas – na rede nacional TOMI”.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **nono ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal, para a celebração de “Acordo quadro para a prestação de serviços de vigilância e segurança”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 048/2017, de 31 de janeiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, em exercício, Dr. Luís Vasconcelos, apoiado na informação de serviço n.º 048/2017 explicitou, detalhadamente, o teor da mesma. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 227.388 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal, para a celebração de “Acordo quadro para a prestação de serviços de vigilância e segurança”.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **décimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise e discussão da Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, no âmbito do Programa Valorizar, criada pelo despacho normativo n.º 16/2016, de 30 de dezembro de 2016, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, em exercício, Dr. Luís Vasconcelos, solicitou ao Dr. Nuno Martinho, que, de forma sucinta, explicitasse o assunto em apreço. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que explicou que o presente Programa permitiria que a CIM Viseu Dão Lafões e outras entidades apresentassem candidaturas no âmbito da promoção turística, sendo que na sua ótica a CIM poderia apresentar uma candidatura tendo por base a Ecopista do Dão ou a articulação da Ecopista do Dão e outros produtos turísticos da região como por exemplo o enoturismo.-----

----- Depois de ter apresentado, ao Conselho Intermunicipal, o Programa Valorizar, nas suas diversas vertentes o Dr. Nuno Martinho sugeriu que não sendo de todo possível ter uma candidatura conjunta de todos os municípios e que estes também teriam interesse em apresentarem candidaturas ao referido programa, sugeriu aos presentes que ao fazerem-no não deixassem de fazer transparecer que a candidatura estava articulada com a estratégia da CIM Viseu Dão Lafões para a área e que era complementar ao que se encontrava a ser desenvolvido pela CIM.-----

----- Esgotada a ordem do dia, o Senhor Presidente, em exercício, declarou encerrada a sessão, pelas dezassete horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, em exercício, e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi. -----

